FIERGS

INFORME ECONÔMICO

Ano 25 ● Número 9 ● 6 de março de 2023

PIB do Brasil cresceu 2,9% em 2022, mas 4º trimestre apresenta queda

A solução, não tão boa, para os combustíveis

Pontos de atenção nas exportações de frango

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731
UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS
www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos
As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

PIB do Brasil cresceu 2,9% em 2022, mas 4º trimestre apresenta queda

O PIB do Brasil encerrou 2022 com crescimento de 2,9%, totalizando R$ 9,9 trilhões, com altas na Indústria (+1,6%) e nos Serviços (+4,2%) e queda na Agropecuária (-1,7%). Esse avanço foi menor do que o visto em 2021, quando a economia brasileira cresceu 5,0%. O PIB *per capita* alcançou R$ 46.155 em 2022, uma alta de 2,2% em termos reais frente ao ano anterior.

Pelo lado da oferta, a variação positiva na Indústria (+1,6%) em relação a 2021, decorreu do desempenho dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (+10,1%) e da Construção (+6,9%), dado que a Indústria de Transformação (-0,3%) e a Extrativa (-1,7%) apresentaram queda. Nos Serviços (+4,2%), todas as atividades tiveram crescimento, com destaque para o segmento de Outras atividades de serviços (+11,1%), que engloba serviços prestados às famílias/serviços presenciais. Por fim, a queda na Agropecuária (-1,7%) se deu em função da menor produção de soja (-11,4%), apesar dos crescimentos no milho (+25,5%), café (+6,8%) e cana de açúcar (+2,7%), bem como na pecuária.

Pela ótica da demanda, o destaque foi o aumento do consumo das famílias em 4,3%, consequência dos maiores níveis de salários reais e de pessoas ocupadas. Além disso, vale destacar os avanços no consumo do Governo de 1,5% e dos Investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) em 0,9%. O setor externo também contribuiu positivamente, dado o maior crescimento das Exportações (+5,5%) frente às Importações (+0,8%).

QUARTO TRIMESTRE DE 2022

No quarto trimestre de 2022, o PIB recuou 0,2% na comparação com o terceiro trimestre do ano, na série com ajuste sazonal, depois de três altas consecutivas: 1,3% no primeiro trimestre, 0,9% e 0,3% no segundo e terceiro trimestre, respectivamente. Entre os grandes setores, houve queda na Indústria (-0,3%), avanço nos Serviços (+0,2%) e na Agropecuária (+0,3%). Por fim, na comparação com o quarto trimestre de 2021, o PIB cresceu 1,9%, puxado pela alta nos Serviços (+3,3%) e na Indústria (+2,6%), em contrapartida, a Agropecuária recuou 2,9%.

ANÁLISE E PERSPECTIVAS

O ano de 2022 foi caracterizado por eventos que mudaram a trajetória esperada do crescimento da economia brasileira, tanto no mercado interno quanto no externo. No final de 2021, esperávamos que o PIB de 2022 encerraria com incremento de 1,0%. O avanço, no entanto, foi de 2,9%.

A surpresa positiva é resultado de três grandes fatores: (i) grande avanço do setor de serviços, em razão de uma demanda reprimida na pandemia; (ii) impulso fiscal (expansão do Auxílio Brasil de R$ 400 para R$ 600, promulgação de inúmeros Benefícios Sociais, cortes de impostos e o Saque Extraordinário do FGTS), ajudando a manter em ascensão os números do mercado de trabalho; (iii) aumento das exportações brasileiras, impulsionadas pela maior demanda externa em razão da guerra no Leste Europeu. Devido a esses fatores, ainda no primeiro trimestre de 2022, a economia brasileira retornou ao patamar do pico da série (2014).

Na Indústria, a alta foi puxada pelos Serviços Industriais de Utilidade Pública, devido às bandeiras tarifárias de energia elétrica mais favoráveis ao longo de 2022, representando menores custos para o setor, bem como pelo avanço da Construção. O crescimento do setor secundário só não foi maior por conta da retração do setor Extrativo, em razão da queda da demanda da China por minério de ferro, e do recuo da Transformação, consequência das condições financeiras mais apertadas no país. Com a alta de 2022, cabe destacar que a Indústria elevou sua participação no PIB para 23,9%, a maior parcela desde 2013.

Nossa expectativa para 2023 é de desaceleração no crescimento, com a economia brasileira reduzindo seu ritmo de alta para 1,0%. O número vem na esteira de condições financeiras mais apertadas, dado o efeito de uma taxa de juros mais elevada, a qual deve reverberar sobre o mercado de crédito e maior inadimplência das famílias. O risco de recessão das principais economias desenvolvidas e a continuidade de condições financeiras mais restritivas no mundo, devem afetar a demanda interna dos nossos parceiros comerciais, desaquecendo as exportações. Adicionalmente, a falta de uma âncora fiscal crível e questionamentos sobre a autonomia do Banco Central, devem trazer impactos diretos sobre a curva de juros e risco-país, repercutindo sobre os níveis de investimento no Brasil.

PIB do Brasil

(Var. % real)

	4ºT22/ 3ºT22*	4ºT22/ 4ºT21	Acum. 2022
PIB	**-0,2**	**1,9**	**2,9**
OFERTA			
Agropecuária	**0,3**	**-2,9**	**-1,7**
Indústria	**-0,3**	**2,6**	**1,6**
Extrativa mineral	2,5	1,4	-1,7
Transformação	-1,4	1,0	-0,3
Energia e saneamento (SIUP)**	-0,4	10,8	10,1
Construção	-0,7	3,2	6,9
Serviços	**0,2**	**3,3**	**4,2**
DEMANDA			
Consumo das famílias	0,3	4,3	4,3
Consumo da adm. pública	0,3	0,5	1,5
Formação bruta de capital fixo	-1,1	3,5	0,9
Exportação de bens e serviços	3,5	11,7	5,5
Importação de bens e serviços (-)	-1,9	4,6	0,8

Fonte: IBGE. *Com ajuste sazonal. **Serviços Industriais de Utilidade Pública (eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana).

A solução, não tão boa, para os combustíveis

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) 1.157 na última terça-feira (28/03), que prorrogava a redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e Cofins sobre Gasolina e Álcool – medida que já vinha sendo adotada desde jun/2022 –, o Governo Federal optou por retomar, de forma gradual, a volta desses impostos. O retorno da cobrança do PIS/PASEP e Cofins sobre esses combustíveis foi acordado em R$ 0,47 por litro de Gasolina e R$ 0,02 por litro de Etanol. A vigência da nova MP é de quatro meses, ou seja, até o último dia de jun/2023.

Com a medida, os preços por litro de Gasolina e Etanol devem se elevar em 9,3% e 0,5%, respectivamente, impactando o IPCA em 0,43 p.p.. No entanto, a resultante final sobre a inflação deve ser de 0,25 p.p., isso porque a Petrobras comunicou redução de 3,9% no preço da Gasolina comercializada para as distribuidoras, compensando em parte o aumento do produto e trazendo um viés de baixa para o cenário.

Em relação às contas públicas, a renúncia fiscal é na ordem de, aproximadamente, R$ 6,0 bi nos quatro meses de vigência. Se a MP for mantida para o ano inteiro, o impacto pode chegar a R$ 13,5 bi. Para compensar esta perda, o Governo propôs uma taxação sobre as exportações de óleo bruto de petróleo com alíquota de 9,2%. Considerando a média do volume exportado nos dois últimos anos (US$ 36,6 bi) e a taxa de câmbio média do período, as receitas para o Governo serão de R$ 5,9 bi.

É praticamente consenso entre os analistas econômicos que taxações sobre exportações, principalmente de *commodities*, pode ser um problema ao país. Como os preços desses tipos de produtos não são definidos no mercado interno, no instante em que o incumbente opta por conceber um imposto sobre esses itens, ele acaba por criar uma forma de "taxar" o faturamento das empresas. Em outras palavras: como o preço está dado no mercado e, considerando um determinado nível de quantidade vendida, aumentar um imposto sobre as vendas é reduzir compulsoriamente os lucros das empresas.

Quais são os riscos dessa medida para o BR? Primeiramente, os lucros da Petrobras são diretamente afetados, resultando em uma distribuição menor de dividendos, tanto para os acionistas, quanto para o próprio Governo. Lembrando que, em 2022, a Petrobras gerou aos cofres públicos um total de R$ 56,4 bi, cerca de 32% do gasto anual com o novo Bolsa Família. Segundo, empresas que tem a totalidade de sua produção voltada para as exportações, podem optar por reduzir produção, ou até mesmo deixarem de existir. Terceiro, pode haver uma queda nos investimentos do setor, por conta da taxação e da insegurança jurídica gerada. Por último, abre-se precedente para taxar outros produtos e setores produtivos, e os números da economia de alguns países, que adotaram essas medidas, mostram que não é um bom caminho.

Pontos de atenção nas exportações de frango

A região sul do país representa 60,9% da produção total de carne de frango. Com o RS sendo o segundo colocado entre os Estados com maior produção (13,4%), atrás do Paraná (34,7%). A maior concentração da produção nessa região justifica-se pela proximidade dos insumos e por características climáticas, que beneficiam o desenvolvimento dos animais. Para os próximos meses, há um conjunto de movimentos que favorecem e outros que são passíveis de limitar o avanço de nossas exportações. Abaixo faz-se uma análise sobre isso.

Segundo dados da Embrapa, os custos relacionados à produção cresceram 3%, comparando-se o acumulado de 12 meses de janeiro com o mesmo período do ano passado. No entanto, como aponta o órgão, o custo de nutrição em 2022 respondeu por 74% dos custos totais da produção, com o milho sendo responsável por 70% da alimentação dada a esses animais. Por conta da produção recorde desse cereal no Brasil, mesmo com os efeitos adversos da estiagem, esperam-se custos relativamente estáveis à frente. Logo, a conjuntura interna proporciona uma boa abertura no ano.

Com relação ao mercado externo, a crise turca, amplificada pelo terremoto ocorrido em fevereiro, tende a beneficiar nossas exportações, visto esse país ser o nono maior produtor mundial de carne de frango. Além disso, há o conflito ucraniano que continua a apresentar efeitos negativos sobre a oferta de cereais. Esses dois fatores aliados, colocam a oferta externa em Mate anunciado. O que, por sua vez, tende a beneficiar nossa pauta de exportação. Por um lado, a menor oferta externa abre espaço para capturar maiores parcelas de mercado e, por outro, a vantajosa estrutura de custos de nossa produção permite melhor competitividade via preços. A conjuntura interna e externa, por conseguinte, tende a ser benéfica para as exportações desse produto.

O principal diferencial, e ponto de preocupação, da produção gaúcha é no tocante à biossegurança. A gripe aviária, já tratada em informes anteriores, mostra-se presente na França, nos EUA, no Uruguai e, recentemente, na Argentina. Até o momento, no entanto, o Brasil mostra-se resiliente; sem casos confirmados da doença. Esse é um dos principais diferenciais de nossa produção, permitindo maior competitividade via qualidade também. À vista disso, nossos esforços devem ser no sentido de se evitar ficarmos em xeque.

Em suma, o potencial de ganho mostra-se promissor desde que não tenhamos uma surpresa negativa pelo lado sanitário.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2019	2020	2021	2022*	2023*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.) [1]					
Agropecuária	0,4	4,2	0,3	-1,7	3,0
Indústria	-0,7	-3,0	4,8	1,6	1,0
Serviços	1,5	-3,7	5,2	4,2	0,8
Total	**1,2**	**-3,3**	**5,0**	**2,9**	**1,0**
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R$	7,389	7,610	8,899	9,915	10,576
Em US$[2]	1,873	1,476	1,649	1,920	2,015
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,3	23,1	17,8	5,5	4,7
INPC	4,5	5,4	10,2	5,9	5,7
IPCA	4,3	4,5	10,1	5,8	5,6
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	-9,7	-3,4	1,0	-3,2	-0,1
Transformação	0,2	-4,6	4,3	-0,4	1,2
Indústria Total[3]	**-1,1**	**-4,5**	**3,9**	**-0,7**	**1,1**
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	13	37	146	65	15
Indústria	97	149	722	446	129
Indústria de Transformação	13	48	440	217	63
Construção	71	97	245	194	58
Extrativa e SIUP[4]	13	3	37	35	8
Serviços	534	-378	1.909	1.527	406
Total	**644**	**-193**	**2.777**	**2.038**	**550**
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,1	14,2	11,1	7,9	8,5
Média do ano	12,0	13,8	13,2	9,3	8,8
Setor Externo (US$ bilhões)					
Exportações	221,1	209,2	280,8	334,5	276,0
Importações	185,9	158,8	219,4	272,7	220,0
Balança Comercial	**35,2**	**50,4**	**61,4**	**61,8**	**56,0**
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	4,50	2,00	9,25	13,75	13,75
Taxa de Câmbio – Variação (%)	4,0	28,9	7,4	-6,5	2,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R$/US$)	4,03	5,20	5,58	5,22	5,35
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-0,8	-9,4	0,8	1,3	-1,4
Juros Nominais	-5,0	-4,2	-5,2	-6,0	-6,6
Resultado Nominal	-5,8	-13,6	-4,4	-4,7	-8,0
Dívida Líquida do Setor Público	54,7	62,5	57,3	57,5	61,0
Dívida Bruta do Governo Geral	74,4	88,6	80,3	73,5	79,9

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. [1] O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. [2] Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. [3] Não considera a Construção Civil e o SIUP. [4] SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Atualização dos valores fechados de 2022 da Taxa de desemprego e do PIB real e em valores correntes. Alterações nas projeções de 2023 do PIB em valores correntes.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2019	2020	2021	2022*	2023*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.) [1]					
Agropecuária	3,0	-29,5	67,0	-33,5	38,7
Indústria	0,2	-5,6	9,7	2,5	1,2
Serviços	0,8	-4,6	4,1	4,0	1,5
Total	**1,1**	**-6,8**	**10,4**	**-2,5**	**5,0**
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R$	482,464	480,173	576,979	595,135	657,560
Em US$[2]	122,282	93,107	106,949	115,216	125,299
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	0	1	4	4	1
Indústria	-6	0	48	29	12
Indústria de Transformação	-2	0	43	22	10
Construção	-4	0	5	7	3
Extrativa e SIUP[3]	0	0	-1	1	0
Serviços	26	-43	90	68	24
Total	**20**	**-43**	**141**	**101**	**38**
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,3	8,6	8,1	4,6	6,0
Média do ano	8,1	9,3	8,7	6,1	6,2
Setor Externo (US$ bilhões)					
Exportações	17,3	14,1	21,1	22,4	18,7
Indústria de Transformação	12,5	10,4	14,1	17,2	16,1
Importações	10,3	7,6	11,7	16,0	13,5
Balança Comercial	**6,9**	**6,5**	**9,4**	**6,4**	**5,2**
Arrecadação de ICMS (R$ bilhões)	**35,7**	**36,2**	**45,7**	**43,3**	**45,0**
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	3,0	-3,1	8,9	6,1	3,4
Compras industriais	-2,7	-5,5	31,2	2,7	2,1
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	0,7	-4,5	5,6	-1,1	0,7
Massa salarial real	-0,8	-9,0	5,3	10,8	3,3
Emprego	0,0	-1,9	6,7	5,9	1,6
Horas trabalhadas na produção	-0,9	-5,5	15,2	8,3	2,5
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	**0,1**	**-4,7**	**12,9**	**4,7**	**2,1**
Produção Física Industrial [4] ***(% a.a.)***	**2,5**	**-5,5**	**9,0**	**1,1**	**1,4**

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. [1] O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. [2] Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. [3] SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. [4] Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Atualização dos valores fechados de 2022 da Taxa de desemprego. Não houve alterações nas projeções.